

direito a um meio ambiente sadio. O reconhecimento desses direitos reflete a conscientização da urgente necessidade de satisfação de necessidades humanas básicas; tais direitos revelam a um tempo uma dimensão “individual” e “coletiva”, porquanto dizem respeito à pessoa humana assim como a coletividades humanas. O Brasil, assinala o Mestre, participou desta “ampliação” da temática dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas.

Afirma o douto internacionalista que a experiência internacional em matéria de proteção dos direitos humanos tem revelado, em diferentes momentos históricos, o consenso quanto à universalidade dos direitos humanos, mais além das diferenças quanto a concepções doutrinárias, ideológicas e particularidades ideológicas. Acrescenta ainda que, no Brasil, assim como na maioria dos países que têm ratificado os tratados de direitos humanos, até o presente lamentavelmente ainda não se parece haver formado uma consciência da natureza e amplo alcance das obrigações convencionais contraídas em matéria de proteção dos direitos humanos.

A obra do Juiz da Corte Interamericana de Direito Humanos, o Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade, é, então, uma leitura indispensável a todos aqueles interessados e estudiosos no assunto. Como se não bastasse, representa uma contribuição pioneira ao exame da matéria, marcada pelos padrões de alta qualidade e excelência acadêmica costumeiros nos estudos do autor.

*Renato Zerbini Ribeiro Leão*

FONSECA JR., Gelson. *A Legitimidade e outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 374 p.

Em seu livro *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações*, Gelson Fonseca Jr apresenta artigos resultantes de sua experiência ao longo dos últimos quinze anos como professor de Teoria de Relações Internacionais no Instituto Rio Branco. Sendo assim, o que se pode esperar do livro, e o que o livro realmente trás, é um conjunto de ensaios bastante intrigantes a respeito dos mais variados temas, tendo, contudo, na questão da legitimidade internacional seu ponto central (a ela, Fonseca Jr dedica dois artigos específicos).

Sendo fruto de sua experiência como professor, nada mais natural do que o fato de os textos contidos em *A legitimidade* assumirem um tom fortemente didático, mantendo Fonseca Jr um estilo que beira a conversação informal da sala de aula, sem, no entanto, perder o ar sério e professoral que marca os seus escritos.

*A legitimidade*, talvez ainda como resultado de seu caráter didático, é dividida em três blocos, cada um consagrado a uma discussão diferenciada dentro dos limites desse pequeno seminário escrito. Nota-se, claramente, no decurso do livro, o intuito de Fonseca Jr de passar em revista o *continuum* acadêmico que vai

da primeira noção de teoria à última representação analítica da prática. Assim, o primeiro bloco, que reúne os dois primeiros artigos, dedica-se ao estudo mais pausado da *teoria*; o segundo, composto pelos dois artigos subsequentes, dedica-se, então, à discussão em torno do tema da *legitimidade* e sua pertinência internacional; enquanto o terceiro e último bloco apresenta análises e comentários a respeito da *política externa do Brasil* nos três artigos que encerram o livro.

Entretanto, a separação em blocos temáticos esconde aquilo que, de uma certa forma, pode ser considerado uma leve falta de unidade interna, especialmente no tocante à relação entre os três blocos. Se é verdade que Fonseca Jr tenta ir da teoria à prática em um movimento contínuo no passar dos capítulos, não parece menos verdadeiro afirmar que, por vezes, o leitor perde um pouco de vista o vínculo que deveria unir um tema a outro, principalmente quando se tenta passar da *teoria* à *legitimidade* e desta à *política externa brasileira*.

Nada, porém, que tire o brilho e peso de cada ensaio. Como observação, vale ressaltar que é o próprio Fonseca Jr que, ao apresentar seu livro, ressalva a impossibilidade da cobertura exaustiva de todos os temas abordados ao longo dos seus quinze anos de professor, sendo impossível completar nessas trezentas e poucas páginas todos os passos da discussão teórica sem que se defronte com estes pequenos percalços.

Sobre a *teoria*, Fonseca Jr prefere publicar algumas considerações referentes à ordem internacional, analisando aspectos do pensamento “realista”, do “racionalista” e do “universalista”, passando, ainda, por algumas considerações de poder em seu “A questão da ordem internacional: comentários a partir das idéias de Hedley Bull”. Mais ainda, em “Aspectos da teoria de relações internacionais: notas didáticas”, avança notas e reflexões sobre diversos temas de teoria internacional, dotando o texto de um caráter extremamente didático e informal. Aborda, aqui, temas tão variados que vão da própria origem do pensar teórico e a delimitação do campo das relações internacionais a orientações a respeito da construção da análise.

Na seção seguinte, em que aborda a questão da *legitimidade*, Fonseca Jr dedica-se à elaboração de um argumento bastante forte e acurado sobre a possibilidade de transposição do conceito de legitimidade para o cenário internacional e as bases de sua criação e sustentação neste nível (em “Legitimidade internacional: uma aproximação didática”) e segue abordando aspectos do conceito no mundo pós-Guerra Fria, onde parece ocorrer “o fim da querela das legitimidades” e esta parece assumir um caráter definitivamente universalista (ainda que com ressalvas – em “O tema da legitimidade e a argumentação em política externa no pós-Guerra Fria”). Vale ressaltar ainda as menções que faz aos aspectos históricos e técnicos da determinação da legitimidade possível e as observações tocantes à condição dos países não hegemônicos *vis-à-vis* da questão da legitimidade internacional.

Finalmente, o último bloco dedica-se ao debate de temas de *política externa do Brasil*, sendo o primeiro artigo, “O pensamento brasileiro em relações internacionais: o tema da identidade nacional”, particularmente interessante para quem se dispõe a conhecer a origem do pensamento de relações internacionais no Brasil pois, nele, Fonseca Jr dissecou autores, correntes, instituições etc. que, ao longo dos últimos cinquenta anos, tendo como pano de fundo o debate em torno da identidade nacional, contribuíram para a formação do pensamento internacional brasileiro.

A partir daí, Fonseca Jr passa à discussão da política externa mais propriamente dita, analisando e contrapondo a Política Externa Independente ao Pragmatismo Responsável (“Mundos diversos, argumentos afins: aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável”), para, enfim, abordar a política externa contemporânea do Brasil em seu último ensaio, “Alguns aspectos da política externa brasileira contemporânea”.

Do ponto de vista acadêmico, pode-se argumentar uma certa ausência de informação que, por vezes, permeia alguns capítulos, pode-se argumentar um volume pequeno de informações mais detalhadas. Contudo, é o próprio Fonseca Jr que, consciente de tal limitação, vai, mais uma vez na apresentação de sua obra, fazer uma *mea culpa* ao assumir a impossibilidade de pesquisa extensiva para todos os capítulos.

No mais, e à guisa de conclusão, resta elogiar mais uma vez o caráter didático da obra e o estilo leve da escrita, que transporta o leitor para a sala de aula do Instituto Rio Branco e que se o faz defrontar com variados temas do pensar internacional de uma maneira sempre agradável e instigante.

*José Romero Pereira Junior*

ROLLAND, Denis (ed.). *Le Brésil et le Monde: pour une histoire des relations internationales des puissances émergentes*. Paris: Harmattan, 1998, 251 p.

Sabe-se que as relações culturais, políticas e econômicas entre os países são, em boa medida, expressão dos níveis de conhecimento recíproco que apresentam as sociedades acerca das realidades e tradições políticas e culturais, das mentalidades e da história do “outro”. Nesse sentido, registra-se com satisfação o discreto renascimento do interesse sobre a realidade brasileira em alguns dos mais tradicionais centros acadêmicos do mundo ocidental, tomando a forma de núcleos ou cátedras dedicados ao estudo dos assuntos nacionais, em suas mais distintas vertentes, voltando-se à tarefa de ensinar e pesquisar, formar pesquisadores de alto nível e produzir e difundir conhecimentos sobre o Brasil.